

Confira entrevista exclusiva com mães dinamarquesas que fugiram para o Brasil

(Foto Divulgação) – Dinamarquesas procuradas pela Interpol falam à reportagem da TV Liberal

As dinamarquesas Angelina Maalve Avalon Mathieses e Lisbeth Markussen, procuradas pela Interpol por terem fugido para o Brasil com os respectivos filhos, encontraram a equipe da TV Liberal em um hotel, em Belém. Sem revelar onde estão morando, elas falaram sobre os motivos que as levaram a fugir da Europa e buscar refúgio na ilha de Mosqueiro, balneário localizado a 72 km de Belém. Ambas saíram do país natal durante disputa judicial pela guarda dos filhos. **As leis dinamarquesas determinam a guarda compartilhada, mesmo em casos de acusações de violência contra ex-maridos.**

Angelina alegou que o ex-marido e pai de Aia Sofia, Peter Alexander Lawaetz, era violento e que Vladimir Valiant Todorovski, pai de Leonardo, tinha abusado de Aia. “Eu precisava sair de lá. Na Dinamarca, mesmo quando você diz que o pai é violento e comete abuso, você tem que continuar permitindo que ele se encontre com seus filhos”, relatou. Os pais se defenderam e negaram as acusações.

Lisbeth, mãe de Kristian, Johanne e Sigurd, também afirmou que o ex-marido, Rico Markussen, era agressivo. Segundo ela, a experiência na Dinamarca era marcada por violência física e psicológica. Rico afirma que nunca agrediu os filhos e que Lisbeth começou a fazer as acusações após mais de um ano da separação, quando ele havia pedido mais tempo com as crianças.

Depois de investigações, a justiça dinamarquesa concluiu que os três pais são inocentes. Um laudo psicológico concluiu também que Angelina superprotegia os filhos, dificultando o

contato deles com os pais. De acordo com a avaliação, o problema comprometia as competências de Angelina como mãe e poderia prejudicar o desenvolvimento das crianças. Durante o processo, ficou estabelecido que a guarda dos filhos de Angelina ficaria temporariamente com os ex-maridos e que Lisbeth deveria permitir mais contato de Rico com os filhos.

Após isso, ambas decidiram fugir. Elas não se conheciam quando escolheram o Brasil como destino. Lisbeth veio em julho de 2015 e Angelina, em março do ano passado. Com a fuga, elas perderam definitivamente a guarda das crianças. “O Brasil é conhecido internacionalmente como um país que tem leis que protegem as crianças e as mães”, comentou Angelina. Durante a entrevista, Lisbeth citou a lei Maria da Penha, que protege mulheres e crianças em casos de violência doméstica.

Pedido de Refúgio

Após a ordem de habeas corpus concedida na última terça-feira (21) pelo Tribunal Regional Federal (TRF-1), a advogada que representa as dinamarquesas no Brasil, Luanna Tomaz, já está entrando com pedido de refúgio para que ambas possam garantir a permanência legal no país, o que impede que sejam deportadas para a Dinamarca enquanto o caso estiver em análise pelo Comitê Nacional para Refugiados (Conare), em Brasília. A advogada informou que o pedido de Angelina já está protocolado na Polícia Federal, enquanto o de Lisbeth deve ser encaminhado nos próximos dias.

Como refugiadas, as dinamarquesas poderiam ter acesso a direitos de um cidadão brasileiro, como emissão de documentos, direitos trabalhistas, além de poder matricular os filhos na escola. Angelina, que possui mestrado em homeopatia e terapia, disse que gostaria de trabalhar e levar os filhos para escola, e Lisbeth relatou que é “uma mãe que quer cuidar das crianças, não uma bandida”. Elas também afirmaram que as crianças estão felizes no Brasil.

Para o diretor do Instituto Brasileiro de Direito de Família,

jurista Zeno Veloso, o pedido de refúgio, junto à Justiça Brasileira, pode significar uma reviravolta no caso. “Essa decisão (que dá a guarda aos pais) é da Dinamarca e deve ser respeitada e cumprida no Brasil, mas considerar as duas senhoras e os filhos como refugiados daria um status jurídico de cunho internacional que leva a empatar o jogo”, explicou. Segundo ele, a permanência das dinamarquesas e os filhos no Brasil depende de tribunais superiores, que devem observar o interesse das crianças. Já os pais continuam tentando garantir a volta das crianças para o país de origem.

Por G1 PA, Belém

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br